

MULHERES *VERSUS* ESTADO AUTORITÁRIO: REPRESSÃO E TORTURA NO PARANÁ, DURANTE A DITADURA MILITAR

WOMEN VERSUS AUTHORITIAN STATE: REPRESSION AND TORTURE IN PARANÁ, DURING THE MILITARY DICTATORSHIP

Márcio Roberto Nogueira Diniz¹
Leandro Brunelo²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a militância das mulheres durante a ditadura militar no Paraná e, conseqüentemente, a repressão sofrida por elas durante esse período. Utilizando como fonte os depoimentos cedidos ao projeto “*Depoimentos para a História*”, realizado pelo DHPaz (Direito Humanos para a Paz) e da bibliografia correspondente ao contexto histórico, propõe-se resgatar e problematizar as memórias dessas mulheres, a fim de demonstrar a destruição que recaiu sobre os direitos humanos dessas pessoas consideradas subversivas pelo regime político ditatorial.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Mulheres; Tortura; Paraná.

Abstract: This article aims to analyze women's militancy during the military dictatorship in Paraná and, consequently, the repression suffered by them during that period. Using as a source the testimonies given to the project “*Testimonies for History*”, carried out by DHPaz (Human Rights for Peace) and the bibliography corresponding to the historical context, it is proposed to rescue and problematize the memories of these women, in order to demonstrate the destruction which affected the human rights of these people considered subversive by the dictatorial political regime.

Keywords: Military Dictatorship; Women; Torture; Paraná.

¹ Mestre em Ensino de História, Professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3937128110234163>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7007-9083>.

² Doutor em História. Professor da Universidade Estadual de Maringá – Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1444034355199758>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5613-4591>.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre as torturas que atingiram as mulheres no Estado do Paraná, durante a ditadura militar (1964-1985). As violações dos direitos humanos praticadas contra militantes políticas foram assinaladas por prisões arbitrárias, torturas físicas, psicológicas e carregadas, em várias ocasiões, de um apelo sexual forte e abusador.

As mulheres que participaram das organizações de esquerda e da luta armada, em geral, lutavam para resolver os problemas e as injustiças sociais presentes no país e, com isso, romperam com os valores estabelecidos na época se tornando protagonistas da sua inserção na vida pública.

Para compreendermos as maneiras como o Estado Autoritário reprimiu as mulheres que se colocaram em posição política de enfrentamento e de resistência à ditadura militar, recorreremos aos depoimentos fornecidos para o “Projeto Depoimentos para a História: A resistência à ditadura militar no Paraná”, desenvolvido pela Sociedade Direitos Humanos para a Paz (DHPaz), que faz parte do “Projeto Marcas da Memória”, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Criada em 2001, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar a estrutura do Estado brasileiro em 2002, com a aprovação da Lei nº 10.559, objetivando a reparação moral e econômica das vítimas de atos de exceção, arbítrio e de violações aos direitos humanos praticados entre 1946 e 1988. Portanto, o “Projeto Marcas da Memória” surgiu nesse contexto. (OLIVEIRA; CALCIOLARI; SAHD, 2014).

Por meio dos depoimentos analisados, constatamos que o uso da tortura era constante e, em várias situações, sem limites, pois anulava a mulher enquanto sujeito quando, por exemplo, sua sexualidade era abusada e a nudez imposta com a finalidade de desmoralizá-la.

A maioria dos agentes repressivos era do sexo masculino e possuíam uma visão degradante sobre a mulher militante, algo observado nas memórias das militantes que cederam depoimentos para o projeto DHPaz. Os repressores as tiravam de sua condição de mulher-sujeito e as adjetivavam de “putas comunistas”, “vadias”, “mulheres macho” dentre outros nomes pejorativos.

Essa visão dos homens responsáveis pela repressão e tortura sobre as mulheres prisioneiras, e o poder sobre elas foi primordial para que tais abusos como: estupros, gracejos envolvendo sua nudez perante várias pessoas e a realização de diversos tipos de sevícias ocorressem. Trazer à tona a memória dessas mulheres sobre esse período de exceção política é dar vozes às lembranças que, muitas vezes, foram silenciadas e esquecidas.

Nesse sentido, é necessário perceber que a memória se constitui em um processo social e ativo que dialoga com o contexto e com a época em que foi produzida e que necessita ser problematizada, a fim de corresponder as demandas da realidade histórica em que se insere (NEVES, 2000).

Promover a emergência desses eventos que sinalizam as violações dos direitos humanos dessas mulheres é fundamental, pois as gerações futuras precisam saber da importância de se preservar a democracia e os direitos em sua totalidade.

Para tanto, o texto a seguir apresentará uma discussão sobre as finalidades da tortura, bem como as naturezas das sevícias empregadas pelos agentes do Estado no embate desigual e assimétrico travado contra a oposição política, em especial, as mulheres, sem deixar de abordar, também, depoimentos e histórias de homens que também foram presos e torturados durante a ditadura militar.

O EMPREGO DAS PRÁTICAS DE TORTURA DURANTE A DITADURA MILITAR

A partir de março de 1964, o país foi mergulhado em um regime político autoritário que, por mais de vinte anos, depreciou os direitos constitucionais, humanos e erigiu um Estado, cujo perfil político era opressivo, controlador e repressivo, em especial, contra aqueles e aquelas que se colocavam contrários ou contrárias ao governo. Os mecanismos de controle social e político atingiram todo o território nacional, não se restringindo aos grandes centros urbanos.

No Estado do Paraná, as liberdades também foram cerceadas e as ações controladoras organizadas da polícia política eram pautadas pela ideia de prender e de arrebentar, a fim de subtrair do convívio social as pessoas consideradas indesejáveis e portadoras de ideias vermelhas que flertavam com o comunismo.

Assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, havia no Paraná uma estrutura repressiva organizada, com destaque para a Delegacia de Ordem Política e Social, a DOPS, que foi criada antes da ditadura militar; e o Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações Internas (CODI-Doi), estruturado nacionalmente no início da década de 1970 e presente em várias regiões brasileiras. Essas duas organizações repressivas eram sediadas em Curitiba, na capital paranaense, e atuavam em todo território estadual em constante estado de alerta, a fim de identificar ações suspeitas que afetassem a paz social e perturbassem a ordem institucional. Muitas prisões³ que ocorreram no Estado, nesse período autoritário, foram efetuadas por agentes que integravam essas instituições e eram nas instalações físicas desses locais, que as torturas de natureza física e psicológica aconteciam.

³ Várias pessoas foram presas no Estado na época da ditadura militar e operações policial-militares foram organizadas e desfechadas com esse propósito: prender e torturar. Uma delas, a Operação Marumbi, ocorreu em 1975 e contou com efetivos da DOPS e do CODI-Doi para identificar e capturar homens e mulheres que tivessem algum vínculo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mesmo proscrito politicamente, era uma agremiação que levantava suspeita e preocupação por parte da polícia política, que atuou em mais de 10 cidades paranaenses e prendeu mais de 100 pessoas. Desse total, 65 foram indiciadas e foi aberto o Inquérito Policial-Militar nº 745 (IPM 745) para averiguar o envolvimento de cada indivíduo com o comunismo. E foi nesse documento, depois coligido pelo Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), explicado mais adiante neste texto, que se conseguiu mensurar a intensidade e o tipo das sevícias usadas nos cárceres paranaenses. Especificamente, sobre essa a Operação Marumbi e a tortura no Paraná, ver: BRUNELO, 2009; 2019.

O emprego das práticas de sevícia esteve presente desde o início da ditadura militar, em 1964, e os órgãos repressores faziam desse expediente um método para tentar extrair a verdade do indivíduo. Por meio do sofrimento corporal, a sevícia fazia com que o corpo entrasse em cisão com a mente, como relata o psicanalista Hélio Pellegrino (1988):

Para tanto, a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo se torna nosso inimigo, e nos persegue. É este o modelo básico no qual se apoia a ação de qualquer torturador. (...) O corpo, sob tortura, nos tortura, exigindo de nós que o libertemos da tortura, seja a que preço for (...). (PELLEGRINO, 1998. p. 19 – 20).

Durante a tortura acontece um confronto entre o sofrimento e a verdade, no qual o alvo principal é o corpo do torturado. Além de questões subjetivas como essa, o emprego das sevícias possuía uma finalidade bastante concreta que era forçar os presos e as presas a fornecerem informações que eram de interesse da polícia política, uma vez que esses dados obtidos ajudariam a localizar outros militantes políticos (HUGGINS, 1998).

No Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM)⁴ foi possível encontrar as diversas formas de tortura aplicadas durante a ditadura militar, somando cerca de 6.016 tipos. Porém, os interrogados (homens e mulheres), em sua maioria, sofreram mais de um tipo de tortura que variaram desde a coação física, psicológica e até moral. Os abusos cometidos nos cárceres do Estado foram denunciados frente às autoridades judiciais, em cartas ou em denúncias feitas por advogados no exercício de defesa da vítima.

O medo de conviver e, sobretudo, de rememorar os momentos de tortura, fez com que muitas pessoas não denunciassem as atrocidades sofridas e, por conta disso, o número de cidadãos citados não corresponde oficialmente ao número total de pessoas torturadas durante o período pesquisado pelo projeto BNM.

Muitas pessoas torturadas serviram como cobaias nas aulas sobre práticas de tortura ministradas pelos militares, como no caso do estudante Ângelo Pezzuti da Silva:

[...] verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, vez que, o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula em que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo

⁴ O projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), que se iniciou, ainda, durante a ditadura militar e que foi organizado pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, foi um trabalho que se destinou a pesquisar sobre a tortura política no país, por meio de processos que estavam na esfera da Justiça Militar. A intenção foi apresentar para a sociedade o resultado de uma pesquisa que promoveu uma radiografia do regime político e do seu braço repressivo, bem como da resistência de pessoas consideradas adversárias políticas do Estado. O BNM, depois do término da ditadura, foi organizado em formato de livro e, de forma mais sucinta, externou as principais formas de torturas empregadas nos órgãos de repressão, os assassinatos e os desaparecimentos de presos políticos. Esse trabalho, portanto, abalou as pretensões dos militares que desejavam a amnésia coletiva em relação a determinados aspectos do período em que estiveram à frente do poder (BRUNELO, 2019).

professor era um Oficial da PE, chamado tnt. Ayton; que, nessa aula, ao tempo que se projetavam “slides” sobre as torturas, mostrava-se a prática para qual serviam o interrogado. (Projeto BNM, Tomo V, p. 310).

É de difícil compreensão como uma pessoa passa a torturar os seus semelhantes, impondo castigos cruéis e desumanos. Para Élio Gaspari (2002), o torturador é produto de uma fantasia política e funciona para o Estado como um álibi e tem nas mãos a tese da insanidade para salvar a honra do regime.

Entretanto, muitos torturadores empregavam a tortura por prazer, eram sádicos e não tinham controle sobre suas atrocidades, já que na maior parte do tempo estavam dopados de drogas ou de álcool. (HUGGINS, 2006).

Vários eram os métodos e os instrumentos de tortura utilizados pelo aparelho repressivo, os quais podemos identificar por meio dos depoimentos, como no caso do advogado Affonso Celso Nogueira Monteiro:

[...] seguida de “pau-de-arara”, acompanhado de choques e repetidas asfixias por tamponamento da boca e narinas, operação simultaneamente efetivada por três executores. Retirado do pau-de-arara sente-se desfalecer, delíquio de que certifica ao novamente se surpreender retornando à consciência deitado na lama do chão e ao ouvir de alguém “esse frouxo acordou”. (BNM, Tomo V, p. 164 – 165).

O choque elétrico também foi muito utilizado pelos torturadores. Em 1970, em depoimento prestado perante a Justiça, o estudante Alberto Vinícius Melo do Nascimento de 23 anos depõe que:

[...] o interrogado permanecia vendado, começando o que o interrogado classifica de “sessões”, com duração de 40 minutos cada; foram aplicados choques elétricos nas mãos e nos pés do interrogado; que, também, inicialmente, permanecia com os olhos vendados durante essas “sessões”; que associado ao choque elétrico, (...) esses choques aumentavam em termos de duração e intensidade durante as “sessões” (BNM, Tomo V, p. 203).

São inúmeras as formas de tortura que identificamos nos arquivos do projeto BNM. A utilização do pau-de-arara, do choque elétrico, da “cadeira do dragão”, dentre outros, demonstrava a versatilidade da crueldade e da capacidade destrutiva dos direitos inerentes às pessoas. Além disso, observamos, também, a utilização de animais e de insetos nas sessões de sevícias com a intenção de causar o maior pânico possível nos torturados e nas torturadas. Ao depor, a secretária Janete de Oliveira Carvalho diz que:

[...] todas suas manifestações constantes de seus interrogatórios, foram feitas sob torturas físicas, morais e psicológicas (...) onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição a cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios oficiais (...) (BNM, Tomo V, p. 276).

Outro caso absurdo foi com a jornalista Miriam de Almeida Leitão Netto, que mesmo estando grávida foi vítima de tortura com animais:

[...] apesar de estar grávida, na ocasião em que deu ciência aos seus torturadores, foi torturada por indivíduos que eram trocados diariamente; que recebeu ameaças de pontapés, em seu ventre; que as pessoas que procediam os interrogatórios, soltavam cães e cobras para cima da interrogada. (BNM, Tomo V, p. 239).

No duelo entre o torturador e o torturado e a torturada, o primeiro só irá se satisfazer se conseguir arrancar de sua vítima todas as confissões que deseje. O segundo (o torturado e a torturada), no entanto, sente como única forma de vencer seu algoz negando-lhe tudo o que deseje, mesmo que isso lhe custe a própria vida. Muitos prisioneiros buscavam, através do suicídio, escapar da dor, pois acabariam não dando ao torturador o gosto da vitória.

A existência da tortura nas prisões brasileiras, realizada de maneiras variadas e sofisticadas conseguiu se manter, a despeito de uma crescente condenação internacional, devido a uma rede organizada de relações que envolvia torturadores, médicos e demais profissionais que atestavam que determinadas pessoas não haviam sido torturadas. O silêncio forjado a partir desse arranjo colaborativo era fortalecido, também, pelos papéis desempenhados por escrivães e escriturários dos órgãos de repressão que não registravam adequadamente as condições físicas das pessoas encarceradas. (HUGGINS, 1998).

São essas ausências que precisam ser identificadas e questionadas, quando nos deparamos com documentos produzidos durante o período da ditadura militar ou com relatos de vítimas dos abusos cometidos pelo Estado Autoritário como, no caso, as histórias das mulheres paranaenses militantes. Tornar essas histórias visíveis e dialogar com a bibliografia que trata desse período, significa expandir as discussões sobre um tema tão caro e sensível à sociedade brasileira.

É um tema relevante e sensível, ainda mais se consideramos que o Brasil é um país onde a grande propriedade, o Estado, o patriarcado e a branquitude representam, desde o início do período colonial até os dias atuais, a hegemonia dos espaços de poder e de decisão. Nesse sentido, abordar a construção social, política e histórica da mulher no Brasil se torna imprescindível:

Especialmente no Brasil, através da historiografia que analisa a temática feminina, pode-se verificar que são resgatados vários aspectos da condição feminina, em períodos que variam do século XIX até meados do século XX, como: ama-de-leite, operária, prostituta, militante, solteirona, entre outros. (CUNHA, 2000, p. 143).

Para algumas mulheres, além de lutarem contra o regime militar, também travavam uma luta particular dentro das organizações de esquerda, enquanto outras não perceberam diferenças dentro dessas organizações.

Conforme Ana Maria Colling (1997), ao abordar o movimento feminista no Brasil, durante os anos 1960, percebeu que as discussões relevantes sobre essa pauta ficavam em segundo plano, já que os debates em torno da sexualidade feminina eram considerados um tabu na sociedade e, em específico, nas organizações de esquerda, nas quais eram reservados os debates para o campo político. “As mulheres que ingressavam na militância, entravam pelas suas convicções políticas”. (COLLING, 1997, p. 74).

A maioria das mulheres entrevistadas por Colling fazia parte do movimento estudantil e apenas uma de suas entrevistadas fez parte do movimento operário. E através de suas entrevistas, a autora concluiu que:

As mulheres assumiram a militância nas organizações de esquerda, negando a sua condição de mulher. As organizações eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. Os homens militantes tinham posições diferentes porque viam as militantes também como mulheres. As mulheres entrevistadas tinham a preocupação de buscar a igualdade com os companheiros militantes, porém o fizeram esquecendo-se de que a igualdade significa o reconhecimento das diferenças. (COLLING, 1997. p. 75).

Segundo Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996), algumas mulheres não tinham uma ideia clara do significado de suas ações, ao optarem pela clandestinidade. Mas, de todo modo, foi uma posição política, pois acreditavam lutar para resolver os problemas sociais e políticos do país.

Outro ponto a ser destacado pela autora foi que as mulheres que entrevistou não lutaram, especificamente, por conquistas femininas, mas sim em prol das ações coletivas de suas organizações. Por fim, a autora ressaltou que essas militantes, na época, não perceberam o efeito de suas ações em termos históricos e que suas atitudes no passado marcaram uma mudança de status em relação ao seu gênero, refletindo na inserção delas e das demais mulheres na vida pública. (FERREIRA, 1996).

OS DEPOIMENTOS DAS MULHERES: MEMÓRIAS DA REPRESSÃO POLÍTICA

O projeto desenvolvido pelo DHPaz contém cento e cinquenta e três depoimentos, sendo vinte e sete de mulheres e cento e vinte seis de homens. Para atender as exigências e restrições de um artigo, selecionamos os depoimentos de mulheres que relataram ter sido vítimas de tortura ou que foram presas. São elas: Ana Beatriz Fortes, Clair da Flora Martins, Elizabeth Franco Fortes, Teresa Urban, Zélia de Oliveira Passos e Elza Correia.

Começaremos pela militante Ana Beatriz Fortes, que nasceu em Santo Antônio da Platina, interior do Estado do Paraná. Sua família mudou-se para Curitiba com a intenção dos filhos cursarem a universidade. Sua vida escolar foi realizada em colégios católicos e escola pública, no Colégio Estadual Professor Guido Straube, na capital paranaense.

Foi nesse colégio público que começou a participar de reuniões do movimento estudantil, seguindo o exemplo da sua irmã Elisabeth Franco Fortes, que já militava na universidade. Ana Beatriz Fortes participava de passeatas do movimento estudantil, panfletagem e grupos de leitura.

Em 1968, sua irmã já estava presa e Ana Beatriz trabalhava como secretária em um escritório de arquitetura. Aos 18 anos de idade foi aprovada em um concurso público na Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e no ato de assumir o cargo, os militares já estavam aguardando a sua chegada para prendê-la. O diretor da SANEPAR era um militar o que facilitou a sua prisão em 11 de maio de 1970. Segunda Ana Beatriz, uma carta, em especial, foi um dos motivos de sua prisão:

[...] a gente costumava todo domingo ir visitar ela na prisão e quando eu fui presa eu tinha uma carta, que o pessoal da prisão tinha escrito para um rapaz que esteve preso com eles mas já tinha saído. Era um rapaz da UNE Nacional, ele era de Fortaleza, era uma carta normal comum dizendo que eles estavam bem, querendo saber dele, não era nada tão comprometedor, mas não tinha nome de quem estava escrevendo a carta e nem para quem era esta carta então, um dos motivos da minha prisão da minha tortura dos interrogatórios era saber quem tinha escrito essa carta e para quem era. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Após o seu encarceramento, ficou durante três dias em um quartel do Exército, localizado na Praça Rui Barbosa sendo interrogada e torturada:

[...] eu fiquei durante uns três dias sendo interrogada e torturada; eles me amarravam na cadeira, davam choque, teve um dos dias que vieram os policiais do Rio, bem violentos e bem agressivos, colocaram uma arma na minha cabeça e queriam saber (...), mas as perguntas eram sempre essas: quem tinha escrito a carta? O que está escrito na carta? Para quem era e qual era o meu envolvimento? Quem eram as pessoas que eu conhecia? (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Durante os três dias em que passou no quartel, mesmo diante de torturas físicas e psicológicas, Ana Beatriz não entregou os seus companheiros e contava, sempre, a mesma história. A sua família não sabia do seu paradeiro, seu pai buscou informações em vários locais, sem sucesso. “Ela não compreendia o uso excessivo da força e a prisão, pois a carta não tinha nenhuma informação sigilosa”. (BORDIN, LORIANNY, 2013, p. 113).

Após os três dias de interrogatório sem sucesso, Ana Beatriz foi levada para Foz do Iguaçu de avião, onde foi submetida a novas tentativas de intimidação e de tortura:

[...] aí eu fui levada para Foz do Iguaçu. Dentro do avião tinha um outro rapaz que estava sendo... um rapaz bem Magrinho e ele estava muito nervoso e ameaçavam jogar a gente lá de cima, nas cataratas; eles ficaram ameaçando (...). (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Já em Foz do Iguaçu, Ana Beatriz passou novamente por interrogatórios e foi colocada frente a frente com um garoto, com o qual ela conversava no colégio e que também estava preso. O garoto estava muito nervoso e aparentava medo constante e cedia respostas a todas as perguntas realizadas

pelos militares, o que incomodava Ana Beatriz, que era firme e tinha medo de ceder informações que poderiam comprometer a sua irmã.

Em outro momento do interrogatório, Ana Beatriz foi forçada a tirar a roupa diante de vários homens, ouvindo gracejos relacionados à sua vida sexual:

[...] quando eu fui levada para o pau-de-arara eles me pediram que eu tirasse a roupa e na hora me perguntaram se eu era virgem; eu disse sim, sou virgem. Eu era mesmo bem novinha não tinha nem namorado, e daí eles pediram para tirar a roupa e eu tirei a roupa, e pensei, melhor que eu tiro, pois tinha medo de que eles me tocassem né, ou passassem a mão. Então eu tirei a roupa e eles me penduraram e me amarraram pelas mãos e pelos pés na madeira, eu tenho cabelo bem cumprido (...) o cabelo ficava caindo no balde com água para o choque ser mais forte, então eles ficavam ali dando choque perguntando e interrogando. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Após todos esses interrogatórios, Ana Beatriz foi levada de volta para Curitiba, onde permaneceu mais um dia na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)⁵, sendo solta e levada para casa. O capitão responsável, ao devolver a Ana Beatriz, disse ao pai que tudo não havia passado de um engano. Um advogado da família orientou que ela fosse levada para o Instituto Médico Legal (IML), onde fez vários exames para que a violência sofrida ficasse documentada. (BORDIN, LORIANNY, 2013).

Ana Beatriz levou anos para superar os traumas causados pela violência sofrida e medicamentos passaram a fazer parte de sua rotina. Seus estudos foram prejudicados, uma vez que não foi possível se matricular na escola novamente, sendo obrigada a se matricular no supletivo, que hoje corresponde à Educação de Jovens e Adultos (EJA), para finalizar a sua escolarização.

Outra militante que cedeu depoimento ao DHPaz foi Clair da Flora Martins. Nascida em 10 de julho de 1945, na cidade de Porto União, em Santa Catarina, Clair possuía uma visão política progressista que estava relacionada ao posicionamento ideológico do seu pai, com o qual compartilhava um apreço a políticos como Leonel Brizola e João Goulart.

Em 1964, mudou-se para Curitiba para cursar Letras na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, posteriormente, o curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC) na capital do Paraná. E foi durante a vida acadêmica que iniciou a sua participação no movimento estudantil, despertando uma visão crítica em relação as demandas sociais. Entretanto, a sua luta não se resumiu

⁵ No Paraná, especificamente, todas as atividades que consistiam em vigiar e exercer um determinado controle na sociedade, iniciaram-se no início do século XX pela Chefatura de Polícia e, posteriormente, na década de 1920, pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública, até transformar-se na Delegacia de Ordem Política Social, criada pela **lei nº 177** de 05/03/1937. Tomando como alicerce os 69 anos de atuação desse órgão de repressão política no Estado do Paraná, sua trajetória no âmbito das investigações policiais que ocorreram ainda no ano de 1920 até as últimas diligências que se efetuaram no ano de 1989, foi norteadas por períodos em que o órgão policial orientava suas investigações para um determinado assunto, grupo social ou instituição (BRUNELO, 2009).

somente ao movimento estudantil, mas ultrapassou as fronteiras do movimento, uma vez que passou a lutar contra a ditadura em prol da liberdade e da democracia.

Com sua participação na militância cada vez mais envolvente, viu a necessidade de se filiar a alguma agremiação política, o que ocorreu em 1966, quando passou a integrar as fileiras da Ação Popular (AP) que, segundo Clair, era um partido das massas e que abrangia os movimentos dos bancários, dos operários e dos estudantes.

Após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, Clair foi surpreendida e intimada por agentes da DOPS para prestar depoimento, quando saía da cerimônia de formatura do seu curso de Direito. Em função disso, Clair resolveu partir para a clandestinidade e foi para São Paulo, onde assumiu a coordenação do diretório da AP e se vinculou ao movimento operário para organizar o segmento. Ela e os demais companheiros acreditavam em mobilizar esse e outros setores de trabalhadores para restabelecer a democracia.

Em 1971, durante a militância, Clair e seus companheiros da AP foram presos na capital paulista. Destacou em seu depoimento o excesso da força policial:

[...] a partir do ato da prisão, fomos agredidos e presos pela equipe do famoso delegado Fleury e a partir de então já sofremos todo tipo de tortura. Fomos presos eu e o meu companheiro nesse dia, o Aziel da Silva Pereira. Em seguida fomos levados para a DOPS e lá, nos interrogatórios, sofremos espancamentos, choques elétricos, pau de arara e outros tipos de tortura. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Além das violentas sessões de interrogatórios, ela permaneceu isolada em uma cela por 40 dias, sendo que alguns dias sem qualquer alimentação. Como se não bastassem as sevícias físicas e psicológicas, Clair sofreu abuso sexual de seus torturadores:

[...] Isolada por 40 dias, alguns dias sem alimentação e sofrendo torturas físicas e psicológicas. A tortura foi tão grande, que chegou momentos em que nós não podíamos andar, tínhamos dificuldades de andar e também havia a manipulação por parte dos agentes da DOPS, a manipulação de nossos órgãos genitais. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Observando o depoimento de Clair, notou-se que ela não foi somente vítima de tortura, pois, ao manipular seus órgãos genitais, os torturadores por serem do sexo masculino, aproveitavam e faziam do sexo oposto objeto de suas taras. De acordo com Cunha:

A sexualidade feminina como objeto das sevícias e tara dos torturadores foi sempre um problema a mais a ser enfrentado pelas guerrilheiras. A prática desse tipo de violência foi recorrente nas situações de tortura enfrentadas pelas mulheres, provocando ainda mais sofrimento e humilhação. (CUNHA, 2002. p. 185).

Outro depoimento em que ficou claro que a nudez feminina era usada de maneira diferente entre os torturadores, foi o da professora Maria Mendes Barbosa, mesmo não ocorrendo no Paraná,

nos ajuda a ter uma dimensão maior dessas violações. Nesse caso, além de sofrer agressões físicas, serviu também de espetáculo entre os agentes da tortura:

[...] nua, foi obrigada a desfilar na presença de todos, desta ou daquela forma, havendo ao mesmo tempo, o capitão PORTELA, nessa oportunidade, beliscando os mamilos da interrogada até quase produzir sangue; que, além disso, a interrogada foi, através de um cassetete, tentada a violação de seu órgão genital; que ainda, naquela oportunidade, os seus torturadores faziam a autopromoção de suas possibilidades na satisfação de uma mulher para a interrogada, e depois fizeram uma espécie de sorteio para que ela escolhesse um deles. (BNM, Tomo V, p. 130).

Como efeito prático, essas sessões de humilhação provocavam a descaracterização da pessoa humana e impingiam toda a sorte de constrangimentos e traumas que depois se instalavam nas relações e nas vidas dessas pessoas.

Sobre Clair Flora Martins, depois de alguns meses em São Paulo, ela e alguns companheiros foram transferidos para a cidade de Curitiba, onde permaneceram presos no Comando do Exército, localizado na Praça Rui Barbosa. Passados alguns dias, ela teve uma audiência e foi liberada. Temendo ser novamente presa e passar por todo o terror que vivera há pouco tempo, Clair resolveu cair na clandestinidade e se dirigiu para a cidade de Porto Alegre, onde começou a trabalhar na empresa de um amigo do seu pai.

Outra militante que deu seu depoimento ao projeto DHPaz foi Elizabeth Franco Fortes, natural de Quatiguá, cidade localizada no interior do Paraná. Em 1964, sua família se mudou para a capital, destino de muitas famílias, que viam em Curitiba a possibilidade de seus filhos ingressarem no ensino superior.

De acordo com Elizabeth, enquanto seu pai tinha uma visão mais tradicional, sempre reforçando a frase “mulher é para casar e ter filhos”, a sua mãe sempre incentivava os estudos e reforçava a ideia de que mulheres também deveriam cursar faculdade e serem independentes.

Em 1966, Elizabeth ingressou no curso de jornalismo, na PUC e, no ano seguinte, transferiu-se para UFPR, onde começou a participar ativamente do movimento estudantil, uma vez que aderiu aos trabalhos realizados no Diretório Acadêmico Rocha Pompo.

Em 1968, com o aumento da repressão, os congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) passaram a ser realizados em espaços remotos, já que a entidade estava proibida de realizar atividades. No Paraná, os estudantes se organizaram na Chácara do Alemão, em Curitiba. De alguma forma, segundo Elizabeth, os militares já sabiam do congresso e prepararam um cerco ao evento, que resultou em várias prisões, inclusive a de Elizabeth. Presa e se sentindo injustiçada, passou por interrogatórios e lhe chamou a atenção o fato de os outros estudantes serem liberados, enquanto ela e outros quatorze continuarem na prisão. Dentre os quinze estudantes, havia apenas duas mulheres, Elizabeth e Judite Barbosa Trindade.

Elizabeth e Judite foram colocadas juntas em uma cela separada dos demais, e só tiveram contado com os advogados e com a família após dois dias. Em seu depoimento, foi possível perceber a sua revolta ao relembrar esse momento:

[...] É claro que a prisão, em qualquer circunstância, é terrível! Nessas circunstâncias quando o teu crime é ser estudante, você está cometendo um crime horrível!? Você é estudante, tem lucidez e você pensa, então, o teu crime é pensar? É muito mais assustador, ainda, você ver que já não existe mais nenhum estado de direito no teu país, se você não concorda comigo eu te mato, o que é isso meu Deus, onde estamos? (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Os questionamentos de Elizabeth mostraram com detalhes a forma como a ditadura militar agia em relação às pessoas consideradas subversivas. Constantemente, na medida em que os dias se passavam, tinha contato com outras presas políticas e notou marcas de tortura em seus corpos. Elizabeth não foi torturada fisicamente, mas durante o tempo em que ficou presa, soube da prisão e da tortura de sua irmã, Ana Beatriz Fortes. O medo constante com algo que poderia acontecer com ela e as constantes ameaças, faziam com que Elizabeth e Judite se ajudassem uma à outra.

Ao todo, Elizabeth ficou um ano e meio na prisão e mesmo depois de libertada, percebia a constante vigilância dos militares perto de sua casa, o que causava medo de ser presa novamente. Além disso, tentou retornar para a universidade, mas o pedido foi indeferido e só na terceira tentativa conseguiu se matricular.

Na sequência, outra militante que trouxe à tona as suas dolorosas memórias, para o DHPaz, foi Elza Pereira Correia, que nasceu na cidade de Londrina e tem orgulho em dizer que é filha de comunista. Seu pai, Manuel Jacinto Correia, foi um líder comunista conhecido na região de Londrina que atuou no conflito de terras em Porecatu⁶.

Em seu depoimento, Elza Correia lembrou que sua família sempre foi visada pelas autoridades e por alguns comerciantes da cidade. Por conta da liderança do seu pai, sua família vivia em constante mudança de casa, muitas vezes às pressas. (CUNHA, 2002, p. 24). Durante a ditadura militar, Elza Correia atuou como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB); ingressou no curso de História, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que posteriormente passou a ser a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Sua participação se deu, principalmente, em movimentos culturais como o teatro. (BORDIN, LORIANNY, 2013).

No final de 1970, foi presa e, novamente, o Estado agiu com brutalidade:

O peso da ditadura veio com maior rigor no final de 1970, quando fui presa em um quartel em Apucarana, onde também estava preso meu pai. Os abusos e violência dos militares deixaram marcas profundas em minha vida. Levei pelo menos dois anos para voltar a ter uma vida normal. As sequelas foram profundas e ainda hoje evito falar sobre elas. (BORDIN; LORIANNY, 2013, p. 242).

⁶ Sobre esse assunto, consultar o trabalho de Angelo Priori (2000).

Após o período da prisão, Elza Correia teve dificuldade em superar os traumas da prisão e foi com a ajuda de sua mãe que conseguiu se reerguer:

Essas marcas são tão profundas e não são marcas que ficam e que deixam apenas os hematomas na pele, são marcas que ficam na alma, dentro de você. Eu levei mais de um ano para me recuperar emocionalmente e a minha psicóloga foi minha mãe. Eu adquiri um medo de escuro e minha mãe passou sabedoria. Ela apagava as luzes da casa e me fazia andar por vários cômodos e quando ela percebia que eu não ia aguentar, ela acendia a luz e me abraçava. Então perdi o medo do escuro com essa tática. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Observando o depoimento de Elza Correia, constatamos que a mulher militante era comparada, de certo modo, ao modelo de mulher que se estabelecia na sociedade naquele período. Sua participação nas organizações de esquerda e sua vivência na clandestinidade, faziam com que se criassem conceitos sobre sua pessoa, como “puta comunista”, “mulher-macho”, entre outros, sempre tentando retirar a sua condição enquanto sujeito-mulher. (CUNHA, 2002).

Em entrevista a historiadora Maria de Fátima da Cunha, Elza Correia expressou bem essa caracterização da mulher, como “puta” e outros demais pré-conceitos estabelecidos pelos militares:

Quer dizer, todas as comunistas presas são prostitutas, são consideradas vagabundas, prostitutas, mulheres que não merecem respeito, que não merecem consideração, vadias. Eu nunca fui chamada por Elza. Era sempre esse tratamento que me deram: vadia, vagabunda, prostituta (...). (CUNHA, 2002, p. 187).

Os órgãos repressores viam as mulheres militantes com desprezo e procuravam, constantemente, desmoralizá-las. Constatamos no seu depoimento concedido ao DHPaz, que não gosta de lembrar dos detalhes do período em que esteve na prisão e que foi torturada. E ressalta que toda a violência em relação ao gênero deve ser combatida. Elza Correia, posteriormente, continuou dedicando sua vida à militância política e ao combate contra a violência à mulher.

Em outro depoimento, agora de Zélia de Oliveira Passos, moradora de Curitiba, ressaltou que começou a se interessar por causas sociais já no segundo grau, mesmo estudando em um colégio católico. Nessa fase, começou a ter acesso à leituras que não eram fiscalizadas pela sua mãe e nem pela própria escola. Após terminar o período escolar, Zélia não tinha ideia de qual curso superior faria e decidiu não estudar no momento. Resolveu, então, participar de um grupo de teatro popular que era composto por pessoas ligadas ao PCB.

Em 1963, Zélia já estava casada e ingressou na Universidade no curso de Pedagogia, quando passou a fazer parte do movimento estudantil:

O movimento estudantil se dividia em dois grandes polos, um liderado pelo PCB e outro ligado à Igreja e à Teoria da Libertação, com o qual Zélia, apesar de questionar algumas vertentes religiosas, tinha mais afinidade. Em 1964, porém, todas as lideranças começaram a ser perseguidas e houve um período de esvaziamento no

movimento estudantil. Mesmo assim começaram a surgir iniciativas por meio da cultura, principalmente do cinema, o que serviu para reforçar a concepção de mundo que os estudantes partilhavam. Seu marido, Edésio Passos, foi convidado para compor um movimento, que posteriormente se tornaria um partido clandestino chamado AP — Ação Popular, que tinha uma fundamentação cristã, mas voltada para a justiça social e reconhecia a luta de classe e tomava partido pela classe oprimida. Por consequência do envolvimento de seu marido, Zélia também se tornou militante dessa mesma organização. (CONRADI, 2015, p. 100).

Segundo Zélia, em 1968, foi aprovada em um concurso e como já militava na AP, mudou-se para Maringá, decisão tomada após consulta com seus companheiros de partido. Ela e seu marido começaram a filiar várias pessoas, a fim de conscientizar a classe trabalhadora e fortalecer o partido na cidade e na região.

Após uma crise em seu casamento, Zélia se divorciou e se mudou para o Rio de Janeiro com a sua filha, onde continuou militando pela AP, movimentando-se com os operários. Foram momentos difíceis e após várias mudanças de casa, Zélia resolveu voltar para Curitiba e morar com a sua mãe. Não demorou muito e se reconciliou com o seu marido.

Já adaptada na cidade, Zélia trabalhava na prefeitura e na universidade, mas como era procurada, em um certo dia a polícia bateu em sua porta com mandado de busca dela e de seu marido Edésio, resultando em sua prisão:

Eu já fazia parte dos quadros da universidade e em dezembro fui presa, eles (polícia) chegaram bem cedo na minha casa no dia 7 de dezembro eu já tinha me reconciliado com Edésio, morávamos juntos novamente e isso tudo aconteceu nesse ano. Eu estava grávida, bem recente, e quando a polícia chegou na minha casa, estavam atrás do Edésio com mandado de prisão para ele, e para mim, aliás não chegava a ser mandado de prisão por que a polícia tinha o direito dado pelo AI-5 de prender qualquer pessoa por 60 dias para averiguação e depois disso era necessário mandado de prisão emitido pelo juiz. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPaz, 2023).

Zélia estava grávida de poucos meses, quando foi presa, e durante sessenta dias teve parte de sua gestação no cárcere, mas nem por isso Zélia se abalou e em seu depoimento ressaltou que a sua gravidez lhe deu forças para suportar aquela situação.

Como se não bastasse, ser presa injustamente apenas por ter um posicionamento contrário à ditadura, durante o período em que esteve encarcerada, lembrou da falta de privacidade na cela onde estava, o uso do banheiro era sempre vigiado, assim como interrogatórios constantes. Consequentemente, a sua prisão resultou também na perda de seu emprego na universidade.

A história de Zélia foi uma realidade vivida por outras mulheres que passaram por gestações e abortos nas prisões, mas, mesmo assim, não foram poupadas de torturas dos mais variados tipos, inclusive sendo vítimas de estupro por parte dos militares, resultando posteriormente em gravidez. Por meio dos depoimentos e de denúncias dessas mulheres, notamos que os militares fizeram do

corpo feminino algo à mais do que um objeto de tortura. Aproveitando-se do poder que detinham sobre elas, os repressores usaram da sexualidade feminina para se auto satisfazerem.

Por fim, outra mulher militante citada nesse texto, é Teresa Urban que ingressou, em 1964, no curso de jornalismo da UFPR e, durante sua vida universitária, participou da AP e da Organização Revolucionária Marxista Política (POLOP).

Parte da sua militância foi no norte do Paraná, que nessa época, década de 1960, concentrava um grande contingente de trabalhadores do campo em situação precária. Trabalhou como boia-fria durante um tempo, mas não obteve sucesso em organizar uma militância que pudesse pegar em armas e combater o Estado Autoritário. Vale registrar que durante sua passagem pelo norte do Estado, Teresa teve contato com a família de Elza Correia, uma das mulheres mencionadas neste artigo. (HELLER, 1988).

Teresa havia sido presa diversas vezes por estar envolvida em manifestações de natureza política. Em 1970, foi presa novamente e levada para o quartel da Polícia do Exército em Curitiba, sendo submetida a interrogatórios e sessões de tortura com violências físicas, pau-de-arara e choques elétricos. (HELLER, 1988). Foi interrogada e torturada pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury:

Ele só me perguntava de dinheiro, de armas e do Lamarca. Isso no quartel da Polícia do Exército em Curitiba. Eles tinham lá uma coisa de extraordinário mau gosto, que era uma cadeira de três pés. Prendiam os braços e os pés da gente e eu caía cada vez que levava um choque. Era uma situação estúpida, a gente caía no chão sem poder se levantar. O Fleury dizendo que ia me tirar a roupa, me arrebentar e o tempo todo me chamando de puta. Me arrancou muito cabelo e até hoje eu tenho falhas de cabelo que ele arrancou (...) (HELLER, 1988, p. 434).

Nesse episódio, Teresa foi associada ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) por um engano e as torturas só cessaram quando alguém confirmou que ela não tinha ligação com o movimento. Após ser liberada, abalada pelas sevícias que sofrera e temendo a morte, Teresa e seu companheiro decidiram ir para o exílio, no Chile:

As marcas da tortura ficaram para sempre em sua vida, em sua memória e em seu corpo. Teresa ficou muito debilitada por causa da tortura, seu marido havia tentado suicídio na prisão e, quando foram soltos, a única alternativa era o exílio no exterior, pois sabiam que o casal seria vigiado pela polícia, que dificilmente ficariam livres e “ele não tinha condições de continuar aqui, ele estava mentalmente muito abalado”. Assim, Teresa decidiu seguir para o exílio, acompanhando o seu companheiro e deixando seu filho com sua mãe. (CONRADI, 2015, p. 55).

Em seu exílio no Chile, Teresa recebeu ajuda de sua família e teve sua segunda filha, que sua mãe levou para o Brasil. Após algum tempo longe das filhas, voltou para o Brasil, onde foi condenada a dois anos de prisão. Cumpriu uma parte da pena na Penitenciária Feminina de Piraquara e devido a

intervenção da Irmã Araújo, Teresa foi transferida para um convento, onde cumpriu o restante da pena. (CONRADI, 2015).

Essas mulheres romperam com os valores estabelecidos na época e foram as principais responsáveis pelas suas inserções na sociedade. Sobre a tortura, notamos que o seu emprego pela ditadura militar foi constante e sem limites e os depoimentos recuperados nesse texto nos ajudam a compreender o quão destrutivo e ameaçador dos direitos humanos regimes políticos de exceção podem ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, problematizamos sobre a repressão exercida pelo Estado Autoritário durante a ditadura militar no Paraná, sendo possível perceber a gravidade da violação aos direitos humanos que atingiu as mulheres consideradas subversivas.

No cotidiano atual brasileiro, esse tipo de reflexão se apresenta relevante, uma vez que no campo político e social observamos o crescimento de manifestações que expressam, dentre outros pontos, o desejo de uma parcela expressiva da sociedade pela intervenção militar. Diante de uma realidade como essa, a memória histórica necessita ser questionada e tensionada para que as novas gerações de brasileiros e de brasileiras conheçam o seu passado público e possam estabelecer com ele uma relação crítica: um momento político de estrangulamento da democracia, de sangramento dos direitos humanos, de desaparecimentos de homens e mulheres e de torturas, não deve retornar, mas precisa ser lembrado e questionado para não se repetir nunca mais.

Em relação ao elencar das memórias das mulheres insurgentes destacadas neste texto, percebemos a importância e a necessidade de estudos sobre essa temática, pois promovem um enfrentamento direto em relação à negação de papéis históricos femininos na história do Brasil. Estudos como esse são urgentes para transpor os diversos estereótipos construídos historicamente em relação às mulheres e que as relegam, em muitos contextos, a um espaço somente doméstico, recluso e submisso a uma estrutura patriarcal.

Sobre as violências do Estado Autoritário, vários expedientes repressivos, de tipos e intensidades diferentes, foram usados na luta contra a sociedade. Por meio dos depoimentos selecionados, notamos que além da tortura física e psicológica, os agentes da repressão fizeram de suas vítimas objeto de suas sevícias sexuais e de suas taras, sendo que em vários momentos as mulheres seviciadas recebiam adjetivos do tipo “puta comunista”, “vadia”, entre outros. Tudo em prol de desmoralizar as militantes enquanto sujeito e mulher.

Em todas as entrevistas e falas das militantes, o arrependimento sobre a militância não se manifestou, pois sabiam que estavam do lado que lutava a favor do restabelecimento da democracia e que seus ideais não as deixariam omissas e acovardadas diante do regime golpista.

REFERÊNCIAS

- Ana Beatriz Fortes. **DHPaz – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/G3tNJDHVjIk?t=745>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).
- BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. **Sem liberdade, eu não vivo: mulheres que não se calaram na ditadura**. Curitiba: Compactos, 2013.
- BRUNELO, Leandro. **Legalidade e legitimidade durante a ditadura militar: o embate entre as estratégias legais de condenação e de resistência no IPM 745, instaurado no Paraná em 1975**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.
- BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante a ditadura militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá: EDUEM, 2009.
- Clair da Flora Martins. **DHPaz – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/Bx50IbZnK7w?t=501>>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- CONRADI, Carla Cristina Nacke. **“Memórias do sótão”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.
- CUNHA, Maria de Fátima da. **A face feminina da militância clandestina de esquerda- Brasil anos 1960/70**. Campinas: UNICAMP, 2002.
- Elizabeth Franco Fortes. **DHPaz – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/5boaPTLoYQE?t=1612>>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- Elza Correia. **DHPaz – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/6j9OkCMCQ1o?t=1719>>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- HUGGINS, Martha K. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: UNB, 2006.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política:** relações Estados Unidos/América Latina. Tradução: Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

NEVES, Lucília de Almeida. **Memória, história e sujeito:** substratos da identidade. In: **História oral**, 3, 2000, p. 109-16.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; CALCIOLARI, Sílvia; SAHD, Fábio Bacila. **Depoimentos para a história:** a resistência à ditadura no Paraná. Curitiba, PR: DHPaz, 2014.

PELLEGRINO, Hélio. **A burrice do Demônio.** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

PRIORI, Angelo. **A revolta camponesa de Porecatu:** a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Assis/SP, 2000.

Projeto Brasil; Nunca Mais (BNM), **Tomo V: A tortura.**

Zélia de Oliveira Passos. **DHPaz – Depoimentos para a história (vídeo).** Disponível em: <<https://youtu.be/ci6lZvTwrk?t=3480>>. Acesso em: 20 jul. 2023.